



Governo do Município de Conselheiro Lafaiete

Secretaria Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA REDE NACIONAL

A Secretaria Municipal de Administração, em atenção ao processo para contratação de empresa especializada para prestação de serviço sistematizado de pagamento de benefícios, mediante implementação, gerenciamento, emissão, administração, fornecimento, distribuição e carregamento de crédito de auxílio alimentação, via cartões eletrônicos, com tecnologia de chip, para fornecimento de Vale Alimentação, de caráter continuado, aos servidores da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, conforme Lei Municipal nº. 5.548/2013, vem esclarecer que, em que pese o Termo de Referência utilizar a expressão “ utilidade nacional” ou “âmbito nacional”, tal condição está detalhada na alínea “e” do item 8., o qual esclarece que a expressão “a nível nacional” significa existir rede credenciada de estabelecimentos ativos contemplando as principais capitais.

Cabe ressaltar que o Termo de Referência também não exigiu quantitativo mínimo de rede credenciada para capitais e também não exigiu número mínimo de capitais atendidas, apenas determinou que se comprovasse, no momento da assinatura do contrato, possuir rede credenciada de estabelecimentos nas principais capitais.

Nessa mesma linha o Ministro Benjamin Zymler, relatando o processo 022.828/2007-9 (Acórdão 587/2009) em situação similar assim se manifestou:

11. Em consonância com o posicionamento adotado pela 3ª Secex, em se tratando de fornecimento de vales alimentação e refeição, entendo razoável que a Administração solicite, para fins de habilitação técnica, a apresentação, pelas licitantes, da relação de estabelecimentos conveniados, nas cidades indicadas, de modo a assegurar aos empregados e aos bolsistas beneficiários a aquisição do que permite o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Como se pode observar, as exigências feitas no Termo de Referência guardam coerência com as necessidades da Administração em preservar os interesses de seus servidores que serão beneficiados com o cartão alimentação, uma vez que as condições



Governo do Município de Conselheiro Lafaiete

Secretaria Municipal de Administração

exigidas se restringem exclusivamente às reais necessidades, não havendo em tais regras quaisquer interesses da Administração Municipal em restringir a competição, haja vista ser comum a existência de grandes estabelecimentos com rede nacional.

Outrossim, a exigência de credenciamento de estabelecimentos nas principais capitais irá ocorrer tão somente na fase de contratação, o que permitirá ampla participação das empresas interessadas que poderão, dessa forma, somente providenciar credenciamento dos estabelecimentos após a homologação do certame, permitindo assim, à empresa vencedora, dentro de prazo razoável, se for o caso, promover os credenciamentos necessários.

Destaca-se que o interesse a ser atendido, estimando-se estabelecimentos a serem credenciados, segue o entendimento do Tribunal de Contas da União, e tem como fundamento levantamentos estatísticos, parâmetros e estudos previamente realizados, que demonstram ser comum a existência de estabelecimentos com redes nacionais. Cabe salientar que a presente exigência não visa alcançar, o que até constituiria um contrassenso, a imposição da licitante vencedora em contratar unicamente com empresas conveniadas com estabelecimentos locais, mesmo porque as municipalidades vizinhas, já fornecem diversas redes em condições amplas de suprir as necessidades.

Certamente, a presente exigência está observando o binômio: necessidade e proporcionalidade, para garantir o quantitativo mínimo de rede credenciada. Assim sendo, observa-se que a necessidade da Administração deve se ater, no mínimo, à atual demanda, visto que deve haver uma proporcionalidade em relação ao número de usuários x demanda atual x potencial estabelecimentos. Deste modo, em vista da magnitude do objeto licitado, deve ser ressaltada a necessidade de prevalência do interesse público, o qual, no caso, não se consubstancia apenas no menor preço, mas também e principalmente, na contratação de empresa capaz de prestar adequadamente o serviço licitado de que necessita a Administração.

Tem-se que ressaltar, que de forma indireta, a exigência de rede credenciada que não atenda as necessidades dos usuários trará prejuízo aos licitantes, uma vez que, estes



Governo do Município de Conselheiro Lafaiete

Secretaria Municipal de Administração

se preparam para apresentar suas ofertas dentro de uma exigência de rede muito aquém das necessidades, podendo acarretar necessidade de adequação contratual no curso da execução do contrato.

Noutro ponto, tendo em vista que os usuários municipais ultrapassarão o número de 3.000 (três) mil servidores, tendo ciência da real necessidade de utilização do serviço, não pode a Administração se omitir. Tal omissão afetaria a formulação de proposta comercial, ao passo que não é possível mensurar a rentabilidade dos estabelecimentos credenciados que deverá manter durante a contratação, prejudicando de forma direta a oferta de preços pelas licitantes.

Ademais, outro fator tocado pelo mal dimensionamento da exigência da rede diz respeito aos usuários. Uma rede de estabelecimentos muito inferior à real necessidade, causa prejuízo aos seus usuários, pois não tem opções de usufruir seu benefício da melhor forma. E, sabe-se que quando há uma rede credenciada inferior a necessidade da Instituição Contratante, não raro após enfrentar grande insatisfação dos usuários durante o período contratual, podendo acarretar à Administração a necessidade de promover nova licitação para reconstruir a exigência de rede.

Conselheiro Lafaiete, 23 de julho de 2021.

Felipe Wagner Batista
Secretário Municipal de Administração

